

## RAIMUNDO FAORO: QUANDO O MAIS É MENOS

Maria Aparecida Azevedo ABREU<sup>1</sup>

- RESUMO: O objeto do trabalho é o pensamento político de Raymundo Faoro. A partir da leitura de sua obra e da de outros autores que, se não dialogam diretamente com Faoro, têm com ele pontos em comum, serão apontados alguns entraves para que a tese central de Faoro seja aceita sem reservas. Tal tese é a da existência, na formação nacional brasileira, de um patrimonialismo estamental exercido através de um estamento burocrático que teria sua origem em Portugal e permanecido ao longo de toda a história brasileira. A presença deste estamento burocrático teria dado causa à separação entre nação e Estado que, segundo Faoro, marcou os diversos períodos da História do Brasil. A sugestão é a de que, ao buscar algo que caracterizasse a identidade nacional, Faoro acabou enfraquecendo o seu mais forte *insight*, tornando-o alvo fácil de críticas e dificultando a apropriação de suas observações para uma interpretação da conjuntura do Brasil nas últimas três décadas. Buscando enfrentar essa dificuldade, pretende-se apontar uma possível atualidade da análise de Faoro, confrontando-a principalmente com análises do quadro sócio-político brasileiro realizadas recentemente.
  
- PALAVRAS-CHAVE: Patrimonialismo. Estamento burocrático. Pensamento político brasileiro. Brasil. Portugal

### Introdução

O objeto deste trabalho são os textos políticos de Raymundo Faoro. A partir da leitura de sua obra, pretendo traçar

<sup>1</sup> Mestra e doutoranda em Ciência Política – Departamento de Ciência Política – USP - Universidade de São Paulo – 05508-900 – SP – Brasil. Email: mazabreu@uol.com.br.

observações acerca dos aspectos que julguei mais relevantes para a compreensão da importância que este autor tem para o pensamento político brasileiro.

Para a realização dessa pretensão, foram lidos os seus principais textos, bem como o de outros autores que, se não dialogam diretamente com Faoro, têm com ele pontos em comum que coincidem com os aspectos que procurei ressaltar neste trabalho. A partir dessa leitura, em primeiro lugar, abordo a tese central adotada por Faoro não só em *Os Donos do Poder*, seu livro mais conhecido, como em toda sua obra sobre o Brasil, que é a existência, na formação nacional brasileira, de um patrimonialismo estamental exercido através de um estamento burocrático que teria sua origem em Portugal e permanecido ao longo de toda a história brasileira. A existência deste estamento burocrático teria dado causa à separação entre nação e Estado que, segundo Faoro, marcou os diversos períodos da história do Brasil.

Em seguida, relaciono a sua tese central com o tema da identidade nacional, procurando destacar a pretensão de Faoro, ao abordar esse tema, em inserir-se na seara dos intérpretes da formação social brasileira que buscaram em sua interpretação a identidade ou o caráter nacional. Nesta seara, Faoro se insere numa vertente especial, na medida em que é o autor que mais detidamente enfoca o Estado brasileiro e o papel determinante deste nas relações sociais.

A minha sugestão é a de que, ao buscar algo que caracterizasse a identidade nacional, Faoro acabou enfraquecendo o seu mais forte *insight*, tornando-o alvo fácil de críticas e dificultando a apropriação de suas observações para uma interpretação da conjuntura do Brasil nas últimas três décadas.

Esta minha última formulação é apresentada em forma de sugestão, a partir das críticas feitas à tese central de Faoro. E, no que concerne à possível apropriação de suas observações, a sugestão é feita sem qualquer embasamento empírico mais detalhado, apenas seguindo a pista das críticas que são feitas à gestão do Estado brasileiro nos últimos anos.

## A tese central de Faoro

O livro considerado mais importante de Raymundo Faoro é, sem dúvida, *Os Donos do Poder*. Lançado em sua primeira

edição em 1958, só veio a ter uma grande repercussão no meio acadêmico em sua segunda edição, em 1975, bastante ampliada e com diferenças de abordagem que não modificaram a estrutura da obra e seus principais argumentos<sup>2</sup>. Embora a segunda edição tenha sido examinada para algumas comparações que serão apontadas neste trabalho, a principal referência utilizada por mim é a da primeira edição.

A tese central do livro é a de que na formação sócio-político brasileira há a permanência de um patrimonialismo estamental, não tradicional, que tem sua origem em Portugal, caracterizado pela presença de um estamento burocrático. Patrimonialismo estamental e estamento são categorias tomadas explicitamente de Weber e apropriadas por Faoro para descrever um conjunto de relações que, segundo ele, teria permanecido na estrutura sócio-política brasileira durante toda a sua formação até o momento da análise feita pelo autor.

A dominação<sup>3</sup> patrimonial, na definição de Weber (2002), é aquela em que os direitos senhoriais e as possibilidades deles decorrentes são tratados como se fossem atributos privados. Na dominação patrimonial-estamental, mais especialmente, há a apropriação de poderes judiciais e militares para justificar juridicamente os privilégios estamentais daqueles que se apropriam das possibilidades econômicas, inclusive fiscais, como se privadas fossem (WEBER, 2002). Quanto à situação estamental, tal como Weber a definiu, deve ser considerada como a pretensão de privilégios positivos ou negativos, fundada no modo de vida daqueles que pretendem o privilégio; em maneiras formais de educação, ou em um prestígio hereditário ou profissional. Neste sentido, estamento é o conjunto de homens que aspiram a um tratamento social exclusivo ou a um monopólio exclusivo de caráter estamental (WEBER, 2002)<sup>4</sup>.

Tomando estas categorias weberianas, Faoro (1958) defende que, desde a Revolução de Avis em Portugal, passando pelo

<sup>2</sup> Para um breve comentário em relação à comparação entre as duas edições ver texto de Marcelo Jasmin (2003).

<sup>3</sup> Vale ressaltar que dominação, na terminologia weberiana, deve ser entendida como “a probabilidade de encontrar obediência dentro de um grupo determinado para mandatos específicos (ou para toda classe de mandatos).” (WEBER, 2002, p. 170).

<sup>4</sup> A formulação realizada por Weber (2002) é, obviamente, bem mais extensa e complexa do que a aqui descrita. Apenas descrevi estas breves definições com o intuito de clarear as categorias utilizadas por Faoro (1993) que, em texto publicado na Revista da USP, afirmou ter se apropriado das categorias weberianas e ter dado a eles um sentido que não correspondia exatamente ao definido por Weber. Em relação a isso, Marcelo Jasmin (2003) observa, em seu artigo já citado aqui, que não há grandes diferenças entre a utilização das categorias weberianas por Faoro e a definição que o próprio Weber lhes deu.

período colonial, pelo Império, pela República e atingindo o Brasil pós-Estado Novo, o que caracterizou a formação nacional brasileira foi a existência de um poder central muito forte que inibiu qualquer formação social espontânea e que determinou todas as mudanças sociais de “cima para baixo”. Isto possibilitou um descolamento entre Estado e sociedade, ou, entre Estado e nação brasileiros. Com o descolamento, as relações entre Estado e nação não são mediadas pela representação de classes, em razão da existência de um estamento burocrático, que Faoro (1958, p.44) define como “[...] uma capa social rígida, com o exercício de privilégios jurídicos assegurados pela lei ou pela tradição [...]”, autônoma à nação. Neste sentido, o estamento burocrático não se confunde com a elite dirigente, pois esta é um reflexo do povo, e não se confunde com a burocracia, pois esta é apenas um “[...] aparato da máquina governamental [...]” (FAORO, 1958, p. 261). Segundo o autor, esse estamento teria sido algo permanente na história brasileira e este caráter permanente foi alvo de severas críticas, como demonstra esta observação de Simon Schwartzman (1988, p. 70-71), citando Antônio Paim: “[...] a principal crítica que se pode fazer a Faoro é a sua tendência de atribuir ao patrimonialismo político brasileiro um caráter absoluto e imutável no tempo”. Procurando defender Faoro destas críticas, Kátia Mendonça Barreto (1995, p.185) observa sobre a tese de Faoro:

O que parece estar subjacente ao raciocínio de Faoro na constituição da relação estamental é que não interessa tanto quem a constitui, até porque os atores vão sendo substituídos durante a história. Mas como se constitui. As práticas é que são relevantes.

Além da existência desse estamento burocrático, Faoro (1958) ressalta que a relação deste com o Estado que o mantém é patrimonial, na medida em que não há a nítida separação entre o público e o privado por aqueles que exercem o poder estatal e por aqueles que detêm os privilégios. Assim, a formação brasileira seria marcada pelo patrimonialismo estamental, que é marcado pela confusão entre o público e o privado, e pela existência de privilégios para um determinado grupo de indivíduos que não são necessariamente uma classe nem emergem da nação. São escolhidos pelo arbítrio daqueles que ocupam os cargos estatais.

Em *Os Donos do Poder*, Faoro (1958) demonstra a sua tese central fazendo a genealogia da formação do Estado brasileiro, procurando indicar nos diversos momentos decisivos de sua história que, ainda que pudesse parecer que iria surgir uma sociedade de classes que influiria na formação do Estado, o estamento burocrático se reforçava e voltava a caracterizar as relações entre Estado e sociedade. Assim, o estamento burocrático é algo que permaneceu como elemento caracterizador do Estado, ainda que houvesse alguma tentativa social de organizar-se espontaneamente, o que acarretaria o enfraquecimento do estamento. Um desses momentos foi o Segundo Reinado, em que Faoro (1958) identificou a possibilidade do surgimento de uma sociedade de classes, se constituindo num momento de transição, mas que o estamento burocrático retornou com sua força formatando as relações entre Estado e sociedade.

O Segundo Reinado é objeto específico de Faoro (2001) em *Machado de Assis: a Pirâmide e o Trapézio*<sup>5</sup>, em que utiliza a obra de Machado de Assis como o meio para analisar as relações sociais e entre Estado e sociedade no Brasil naquele período.

O núcleo que une os dois livros é a compreensão da dimensão estamental da sociedade brasileira, no caso de Machado, como vimos, em meio à passagem complicada para a sociedade de classes. (WAIZBORT, 2002, p. 109).

Vendo o que Machado não vê, Faoro (2001) procura demonstrar que a descrição das classes por Machado de Assis sugere que ali seria um momento de transição entre o patrimonialismo estamental e uma sociedade de classes.

Já nas primeiras páginas do livro, Faoro (2001, p. 14, grifo nosso) enuncia:

Ninguém se engane com o painel aparente da sociedade na obra de Machado de Assis. Enchem a vista do leitor desprevenido as figuras dominantes, barões, conselheiros, comendadores e patentes da Guarda Nacional. Ministros, regentes, barões, conselheiros, comendadores e patentes da Guarda Nacional. Ministros, regentes e barões perpassam na superfície, sobretudo os ministros, alvo de ambições caladas e de ambições descobertas. Em nível próximo,

<sup>5</sup> Em relação ao título do livro, há uma interessante observação de Leopoldo Waizbort (2002, p. 110): “Uma das epígrafes do livro fala das pirâmides do Egito, algo que é imutável, mas muda; e outra do trapézio na cabeça de Brás, no qual se dependurou a idéia fixa, algo que não muda, mantém-se, balançando. Ora, a chave está em *Os Donos do Poder*: as pirâmides do Egito são a sociedade, que espera por sua salvação; a idéia fixa dependurada no trapézio é o estamento, balançando nos seis séculos de história.”

vêm os banqueiros, capitalistas, fazendeiros e comerciantes. Todos, barões e capitalistas, conselheiros e banqueiros, comendadores e comerciantes, coronéis e fazendeiros – todos estão, para quem olha de longe, no ápice da pirâmide, confundidos e misturados, como se fossem membros de uma só confraria.

Nitidamente, há uma estrutura de classes – banqueiros comerciantes e fazendeiros – sobre outra estrutura de titulares, encobrendo-a e esfumando-lhe os contornos. É a camada da penumbra que decide os destinos políticos, designa deputados e distribui empregos públicos. São as “influências”, os homens que mandam, que se entendem com os executores e dirigentes das decisões do Estado. Duas faixas se separam, com clareza, no conteúdo e no conceito, na ação social, não raro entrecruzando-se e se confundindo. Para simplificar e com antecipação: **a classe em ascensão coexiste com o estamento; muitas vezes, a classe perde sua autonomia e desvia-se de seu destino para mergulhar no estamento político, que orienta e comanda o Segundo Reinado.**

O trecho acima, embora bastante longo, foi escolhido para ser citado porque explicita o projeto de Faoro ao escrever *A Pirâmide* e o *Trapézio*. Se analisarmos o trecho final destacado em itálico veremos que não se trata de nada mais do que a aplicação ao Segundo Reinado da tese desenvolvida por Faoro em *Os Donos do Poder*. Como este livro foi escrito mais de quinze anos antes do livro sobre Machado de Assis, podemos concordar com a observação de Leopoldo Waizbort (2002, p. 92): “Poderíamos dizer, um pouco provocativamente, que Faoro possui sua história já pronta de antemão.” Além disso, no trecho acima também fica claro que o projeto de Faoro não é somente analisar o que Machado de Assis viu, mas ver o que não está na obra do romancista, ver “o que Machado não vê” (WAIZBORT, 2002, p. 100).

A descrição da trilha seguida por Faoro neste livro não é fácil, pois ele faz um panorama dos cerca de cinquenta anos que durou o Segundo Reinado a partir de aspectos da política da época e da obra de Machado de Assis. Ora Faoro fala por si próprio, ora é Machado quem fala, de forma selecionada por Faoro. Partindo do que Machado vê, Faoro (2001) traça um painel das classes sociais e dos elementos que compõem o jogo político do Segundo Reinado, e seu primeiro alvo são os partidos, que não são representativos de qualquer classe, pois “Não havia, fora do governo, quase que nenhuma atividade política capaz de animar as imaginações. Os partidos eram instrumentos de governo, sem vínculos com o

eleitorado, murchos sem o poder e vazios de iniciativas.” (FAORO, 2001, p.85)<sup>6</sup>. Todas as tentativas de tornar as eleições um reflexo da vontade do povo foram vãs. Sem partidos que representassem efetivamente setores sociais, restava ao imperador exercer o poder político, que era exercido na forma de arbítrio, como bem caracteriza um exercício patrimonial de poder:

A Constituição não rege as relações políticas, senão como praxe ou conveniência de livre observância. Isto importa em reconhecer que, ausente a lei ou a convenção, fica apenas o arbítrio, arbítrio despótico ou benevolente, exercido este pelo imperador. (FAORO, 2001, p. 75).

Ainda sobre a relação entre imperador e partidos:

O imperador promovia, realçava ou derrubava os partidos, árbitro do seu destino. Não os dirigia interiormente, entregues ao mecanismo próprio, independente, com os chefes de maior expressão aninhados no Senado, no exercício de uma posição vitalícia de poder. Influía, porém, na composição do corpo vitalício, em concorrência com o próprio Senado, que validava ou anulava as eleições. (FAORO, 2001, p. 150).

Com o destaque adquirido pela Câmara dos Deputados com a entrada de Gaspar Silveira Martins para essa Casa em 1872, como apontado por Faoro, houve uma esperança de que os partidos passassem a representar, de fato, as classes sociais. No entanto, os requisitos para a eleição na Câmara eram tais que acarretaram uma rotatividade dos Deputados, o que, segundo Faoro (2001), ao invés de significar um afastamento das oligarquias, refletia a força do estamento, pois, com a rotatividade os deputados não tinham rendimentos permanentes, o que atraía para a Câmara pessoas que não dependiam daqueles rendimentos: fazendeiros, comerciantes, médicos e profissionais liberais em geral que não dependiam da remuneração proveniente da atividade política.

Além da relação entre poder central, partidos e demais instituições políticas, merece destaque a análise feita por Faoro da relação entre a classe lucrativa nacional, o Estado e o capital estrangeiro. Nessa intrincada relação, os investimentos necessários para a industrialização eram obtidos pelo Estado, por meio do capital estrangeiro que aqui ingressava tendo como contrapartida uma série de privilégios. Com isso, foram possíveis

<sup>6</sup> Sobre a relação entre fraqueza dos partidos e centralização do poder, ver ainda Faoro (2001, p. 144).

os melhoramentos urbanos e os investimentos necessários para a expansão econômica do país (FAORO, 2001). Como se vê, nosso capitalismo foi criado de cima para baixo, com a construção de estradas de ferro e outros investimentos, levando Faoro (2001, p.294) a citar mais uma vez Weber para aproveitar a expressão “capitalismo politicamente orientado”.

Por fim, cabe ainda frisar a análise de Faoro acerca de algumas mudanças ocorridas com o estamento. No Segundo Reinado, houve a emergência dos bacharéis provenientes dos primeiros cursos de Direito e Medicina do país, criados em 1827 e 1833<sup>7</sup>, respectivamente. Os bacharéis, muitos deles filhos de pessoas da classe política, tiveram ingresso fácil nessa atividade e tinham a identificação educacional propícia à integração do estamento. No entanto, o predomínio dos bacharéis não durou muito, pois

O estamento dos bacharéis, incapaz de se renovar e de se enriquecer, cede lugar ao estamento dos militares, transitoriamente, até que as oligarquias estaduais entrem na cena. No fundo dos sucessos, a preservação da unidade nacional, a conquista duradoura da sucessão de categorias políticas, ameaçada diante da desagregação institucional. (FAORO, 2001, p. 401).

O fortalecimento da classe dos militares se deu principalmente em decorrência do fortalecimento da Guarda Nacional e da ascensão do exército após a Guerra do Paraguai. Por sua vez, como o próprio Faoro (2001) aponta, o predomínio dos militares também não durou muito, só até que as oligarquias regionais se fortalecessem. Mas aí já estamos no período republicano, que não é alvo de Faoro nesse livro.

A tese da permanência do estamento burocrático e do centralismo do Estado na formação política brasileira é também o pano de fundo de seu artigo, que deu também título a um livro (Existe um Pensamento Político Brasileiro?). Neste texto, o caminho traçado para a descrição do pensamento político brasileiro é semelhante àquele percorrido em *Os Donos do Poder*. Ou seja, a formação do patronato político brasileiro passou pelo mesmo processo da formação do pensamento político, daí Faoro (2001) concluir que as vertentes de pensamento significativas eram todas voltadas para o Estado e a principal consequência disso destacada por Faoro foi a submersão do liberalismo, que estagnou o movimento político.

<sup>7</sup> Em 1808 já havia sido criada a Escola de Cirurgia da Bahia.

Assim, se em *Os Donos do Poder* Faoro (1958) parece lamentar a impossibilidade de ter se desenvolvido uma forma social genuinamente liberal, no Brasil, em *Existe um Pensamento Político Brasileiro?* Faoro parece lamentar a impossibilidade de ter se desenvolvido aqui o liberalismo político.

Como se vê, a tese que Faoro (1958) defende em *Os Donos do Poder* percorre a sua obra mais significativa, dando ao leitor dos demais livros aquela sensação, descrita por Waizbort (2002), de que, ao escrever estes livros, Faoro já tinha uma história pronta e apenas buscava agregar argumentos à sua tese já enunciada. Isto sem dúvida não retira o valor destes livros, mas apenas indica que estes devem ser lidos à luz do pensamento iniciado em *Os Donos do Poder*.

### **Patrimonialismo e identidade nacional**

A tese de Faoro descrita no capítulo anterior sofreu diversas críticas, principalmente em relação ao fato de ele ter pretendido demonstrar a constância de uma história de mais de quatro séculos. Kátia Mendonça Barreto (1995) procurou defender Faoro desta crítica, mas seu argumento não afasta um elemento que parece indefensável na tese de Faoro: a existência de um poder central existente desde a Revolução de Avis portuguesa, que teria marcado a formação política brasileira. Demonstrar a existência de um poder central nas diversas fases históricas que se seguiram talvez seja impossível. Daí a severa crítica de Antonio Paim, citada por Schwartzman (1988, p. 70-71), a Faoro, apontando que nosso autor ficou tão “encantado” com a sua teoria que procurou demonstrá-la a qualquer custo: “[...] ofuscado pela magnitude da própria descoberta, inclina-se por tornar uma espécie de lei inexorável de nosso desenvolvimento, ou então uma herança a repudiar em sua inteireza.” Mas, sem pretender defender a tese de Faoro, talvez seja possível explicar o seu projeto.

Em 1958, ano da primeira versão de *Os Donos do Poder* o país passava por um período de construção da democracia que encontrava sérias dificuldades, em decorrência da estrutura institucional herdada do Estado Novo e também da comentada e recomentada “fraqueza” dos partidos. Este cenário é detalhadamente descrito no livro *Estado e Partidos Políticos no Brasil*, de Maria do Carmo Campello de Souza (1976). Em relação

a este cenário, parece não haver críticas severas à análise de Faoro.

No entanto, no cenário intelectual da época as referências principais da reflexão acerca de nosso país eram as obras dos ensaístas do início do século XX e mais especificamente da década de 1930. Para que uma obra ingressasse nesse seletivo grupo, era necessário que ela identificasse algo na formação histórica do país que compusesse a sua identidade. Em outras palavras, era necessário indicar algo no caráter nacional que não houvesse sido indicado antes.

Nesse empreendimento, Faoro (1958) filia-se à tese de que na formação econômica do Brasil não houve feudalismo<sup>8</sup> e apropria-se de teses de Weber, tal como já havia sido feito antes por Sergio Buarque de Holanda – embora Faoro reivindique o seu pioneirismo na utilização do patrimonialismo, como será visto adiante –, mas sem dúvida apresenta um ponto de vista novo, na medida em que coloca o Estado como o foco irradiador dos problemas históricos do Brasil.

Na segunda edição, com mais razão a tese de Faoro ganha força, pois estávamos ainda no período da ditadura militar, em que alguns argumentos de Faoro, como o do arbítrio, inclusive patrimonial, dos membros que integravam o poder, eram facilmente demonstráveis.

Com isto, parece que Faoro foi capaz de traçar um diagnóstico defensável da conjuntura brasileira no momento das duas edições de *Os Donos do Poder*. Mas isto o faria apenas um bom analista de conjuntura. Era necessário juntar-se ao “grupo seletivo”<sup>9</sup>, e então Faoro parece ter se lançado num projeto retrospectivo procurando identificar como imanente à formação brasileira algo que era conjuntural. Mas esse modo de construir uma teoria acerca da formação brasileira não foi somente seguido por Faoro. Adrián Lavallo (2004) analisa a formação da idéia de vida pública no

<sup>8</sup> Neste sentido, encontra-se em posição oposta à de Nestor Duarte (1966) em *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*, e filiando-se à linhagem de interpretação econômica do Brasil de Caio Prado Júnior (2000) em *Formação Econômica do Brasil*.

<sup>9</sup> Esta pretensão de Faoro parece estar contida na seguinte observação feita por ele próprio: “Quando apareceu, em 1958, o livro *Os Donos do Poder*, ao pretender que o conceito de patrimonialismo fosse a chave da história brasileira, nesta incluídas as suas origens ibéricas, introduziu nos estudos sociais uma tese herética. O campo estava tomado por duas correntes: uma, que valorizava a tradição, embora com um sopro liberal que vinha de uma descontínua corrente de historiadores brasileiros, cujo padroeiro era Gilberto Freyre, e outra, de base marxista, que ainda vivia sob o pioneirismo de Caio Prado Júnior.” (FAORO, 1993, p. 19)

Brasil e verifica a sua associação com as teses sobre a identidade brasileira, observando que

[...] é uma tentação muito comum àqueles que dedicaram boa parte de sua obra a inventariar e inventar a identidade nacional – o caráter nacional – se remontar a tempos ancestrais nos quais não existia a nação e sequer a noção de um “nós” brasileiro. (LAVALLE, 2004, p. 65, grifo do autor).

Parafraseando e estendendo a observação de Lavallo (2004) e aplicando a Faoro, pode-se dizer que este aplica as idéias de poder central e Estado quando essas noções ou não existiam ou não eram verificáveis. E, numa observação que poderia ser perfeitamente aplicada a Faoro, mas que não se volta somente para este autor:

[...] a tentativa de historizar lançando mão do expediente de descobrir e datar influências remotas, quanto mais longínquas no tempo aparentemente mais originais e valiosas, visa desentranhar os elementos constantes que permitem alinhar longa sucessão de pensadores; entretanto, essa tentativa produz no mesmo ensejo a constância visada, mas de forma retrospectiva, como efeito de continuidade, como invenção da memória de uma linhagem – isto é, como constructo anacrônico cuja legitimidade histórica é garantida mediante sua inserção historiográfica no âmbito da tradição. Assim, é a *reapropriação* que faz possível a realização do efeito de continuidade, ao intermediar entre a disponibilidade dos *temas* e as exigências dos *problemas*, que, postos no presente, levam os autores a explorar determinadas perspectivas da leitura do passado. (LAVALLE, 2004, p. 70-71, grifo do autor).

O foco de Faoro no Estado fez com que Werneck Vianna (1999) filiasse Faoro numa vertente que denominou patrimonialismo de Estado em contraposição ao patrimonialismo da sociedade. Werneck Vianna também filia Faoro a uma tradição iniciada por Tavares Bastos segundo a qual a modernização do país dependeria de uma reforma institucional que precederia às mudanças sociais. Werneck Vianna (1999) aponta ainda que a diferença entre um patrimonialismo de Estado para um patrimonialismo da sociedade é uma diferença de perspectiva, a primeira a partir das instituições políticas e a segunda a partir da sociologia. Na perspectiva institucional, segundo o mesmo autor, os interesses estariam ligados ao particularismo na forma do Estado. Embora

Faoro realmente tenha um foco institucionalista em sua análise – e isso é bastante perceptível quando confrontamos a sua análise de Machado de Assis com a de Roberto Schwarz –, os caminhos por este apontados parecem não estar tão centralizados nas instituições. Isso é perceptível no parágrafo final de *Os Donos do Poder* em qualquer de suas edições e é explicitado no texto que Faoro fez em defesa da Assembléia Constituinte, em 1981:

A devolução e principalmente a recuperação da legitimidade, que é concomitante ao processo de um caminho em favor da soberania popular, não se desenvolve no plano das abstrações, as matemáticas e as jurídicas. O valor que orienta esse trânsito está dentro da sociedade, com imediata e fundamental expressão política, vinculado a classes, camadas e demais forças. (FAORO, 1986, p.85).

No mesmo sentido de minha interpretação:

Levando em conta esse tipo de análise, a visão mais difundida a respeito do pensamento de Faoro sugere que Os donos do poder, assim como outros trabalhos identificados com a interpretação “estatista” da história brasileira, defenderiam a realização de reformas institucionais, que libertassem o mundo dos interesses, presente na sociedade, da pressão sufocante do Estado (VIANNA, L., 1999). Na verdade, essa não é exatamente a posição defendida por Faoro (1958). Ao invés de argumentar em favor da reforma política, demonstra grande desconfiança diante dela. Essa atitude não reflete, porém, mera idiosincrasia, mas está firmemente ancorada na análise presente em *Os donos do poder*. (FERREIRA; RICUPERO, 2004, p.38, grifo do autor).

Embora haja a discordância apontada em relação ao texto de Werneck Vianna (1999), quando este associa Faoro com o patrimonialismo de Estado o coloca numa filiação em que o próprio Faoro parece ter se colocado ao reivindicar para si o prisma do patrimonialismo para análise do Estado brasileiro:

[...] cabe uma palavra acerca da interpretação da história brasileira sob a ótica do patrimonialismo. É certo que a palavra *patrimonial* – não o conceito de *patrimonialismo* – empregou-a, entre nós, pela primeira vez, referindo-a a Max Weber, Sérgio Buarque de Holanda, num livro de 1936 (*Raízes de Brasil*, 1973).[...]

A breve menção, embora valiosa pela referência a Weber, lido pela primeira vez entre nós, quanto ao livro *Economia e Sociedade (O Espírito do Capitalismo)* já fora anteriormente citado, inclusive por Gilberto Freyre, que também citou *A História Econômica Geral – v. Casa Grande&Senzala*, 1946, pp. 302, 401 e 460), não revela, nem de longe, a introdução do conceito de patrimonialismo, como quer Antonio Candido – *Raízes do Brasil*, XVIII. [...]

Não há dúvida, portanto, que não o termo “patrimonial”, mas a análise do Estado brasileiro sob o prisma do patrimonialismo, começa com *Os Donos do Poder* (quer na versão da 1ª ed. de 1958, quer nas versões que seguem a 2ª ed. de 1975). É o que assinala um autor insuspeito (José Guilherme Merquior, *As Idéias e as Formas*, 1981, p. 287). (FAORO, 1993, p.18, grifo do autor)

Com estas observações, embora sejam posteriores à edição de *Os Donos do Poder*, parece estar claro que Faoro pretendia inserir uma nova perspectiva de análise da formação histórica brasileira e que, para isso, buscou todos os argumentos que pôde. Retomase, aqui, a provocação feita por Waizbort (2002), e já citada aqui, de que Faoro tinha uma história já pronta quando começou a fazer o livro. E aqui é inevitável traçar uma breve comparação com o tratamento dado a Machado por Roberto Schwarz (2000b). Este, partindo da perspectiva de uma crítica literária marxista, delineou os personagens de Machado conforme sua classe e, principalmente, traçou o perfil da elite brasileira descrita pelo escritor. Schwarz também poderia ser filiado a uma tradição que procura identificar o caráter nacional e ter caído nas armadilhas apontadas por Lavalle (2004) aqui já citadas. No entanto, se favor é o tema de seu primeiro livro sobre Machado e cinismo e volubilidade os temas do segundo, essas características são marcantes da **elite** brasileira, e não da sociedade brasileira como um todo. Além disso, Schwarz (2000b) defende essa caracterização somente a partir do Império brasileiro, baseado na sua interpretação de crítico literário. E sua filiação marxista parece tê-lo salvado das tais armadilhas<sup>10</sup>. Mais do que procurar uma identidade nacional, procurou explorar a situação de nosso país como país periférico e, principalmente em *Um Mestre na Periferia do Capitalismo*<sup>11</sup>,

<sup>10</sup> E o salvou também de permanecer numa perspectiva dualista, de que o acusou Maria Sylvia de Carvalho Franco (1976). Ao descrever a relação centro/periferia, Schwarz (2000a) não se limitou a dizer que copiamos fórmulas estrangeiras, mas que estas fórmulas, aqui, produzem um resultado diverso daquele originado no centro e apontam inconsistências antes que elas sejam lá percebidas. Isto dá ao “atraso” da periferia uma característica de vanguarda. Neste sentido, ver Arantes (1992, p. 46-107).

<sup>11</sup> Cf. SCHWARZ, 2000b.

procura indicar a nossa relação com a norma e a transgressão. Se copiamos um sistema de normas, ou seja, se estas chegam depois aqui, a transgressão aqui vem antes, justamente por se tratar de cópia que não se ajusta à nova realidade sobre a qual o conjunto de regras deve incidir. Isto coloca os países periféricos numa posição de vanguarda na identificação das inconsistências de um sistema de normas copiado. Segundo Francisco de Oliveira (1998, p. 208), “[...] a vanguarda do atraso consiste em chegar aos mesmos limites superiores do capitalismo desenvolvido, sem ter atingido seus patamares mínimos.” Assim, atraso e vanguarda, nos países periféricos, têm uma relação de convivência.

Em contrapartida, ao tentar forçar a caracterização de alguns períodos da história portuguesa e brasileira, Faoro parece ter caído nas armadilhas apontadas por Lavalle (2004). Neste sentido, parece que a busca por um elemento imutável na história brasileira, que caracterizasse a sua formação desde a formação do Estado nacional português, ao invés de fortalecer a tese de Faoro, a enfraqueceu e a transformou numa tese que não reconhece a mudança nos processos históricos<sup>12</sup>. Enfraqueceu, embora não impeça absolutamente, a defesa da atualidade, ao menos em parte, de sua tese. E a atualidade de sua tese é o assunto que passo a abordar.

### **Uma possível atualidade de Faoro**

Já foi dito aqui que a tese de Faoro (1958) exposta em *Os Donos do Poder* e pano de fundo de seus textos mais relevantes, na época em que foi levada a público, era uma tese bastante sustentável para descrever a realidade do país nos momentos de suas duas edições. Mas é possível defender que o patrimonialismo estamental, praticado a partir da existência de um estamento burocrático, continuou marcando a realidade política brasileira nos anos que se seguiram à segunda edição de *Os Donos do Poder*.

Com a abertura democrática e a promulgação da Constituição de 1988, o tema da refundação nacional veio à tona – para permanecer até o momento da eleição de Lula em 2002 – e houve a esperança, manifestada por Faoro (1986), em *Assembléia*

<sup>12</sup> A respeito da questão da identidade nacional, há observações bastante instigantes de Evaldo Cabral de Mello (2004, p. 98): “A noção de identidade nacional, tão em moda hoje (menos por culpa dos historiadores do que dos antropólogos), é o abastardamento grotesco da ilusão sobre a existência de um conteúdo ôntico na história. [...] A noção de identidade nacional é uma invenção ideológica, cujo êxito se aplica pelo fato de que atende a gregos e troianos.”

Constituinte; a legitimidade recuperada, de que despontassem mecanismos de estímulo a forças sociais que atenuassem a distância entre Estado e nação que caracterizava o país até então. No entanto, com a eleição do primeiro presidente eleito em 1999 – Fernando Collor –, nada mudou muito, como já é consenso nas avaliações sobre este período da política brasileira. Com a disputa presidencial seguinte, entre Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio da Silva – Lula, pertencentes a partidos cujos núcleos políticos eram de São Paulo e, mais do que isso, emergentes de movimentos e partidos de oposição ao regime militar, a esperança se renovou e mais uma vez restou frustrada. Além da aliança com o PFL, partido inequivocamente de direita e cujos quadros haviam ocupado cargos estatais no período ditatorial, o PSDB realizou reformas administrativas que burocratizaram ainda mais a estrutura administrativa do país, com a criação de agências de regulação, necessárias em decorrência dos processos de privatização das empresas nacionais, de estruturas complexas para a execução de programas sociais e fortalecendo o chamado “terceiro setor”, formado por Organizações Não Governamentais (ONGs) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), e ainda, fortalecendo empresas de assessoria formadas por profissionais altamente qualificados que passaram a realizar estudos técnicos e muitas vezes planos de gestão para os diversos setores da administração pública. Sem dúvida alguma, nunca houve tantos quadros cuja origem era a universidade não só ocupando cargos no governo, mas influenciando as suas decisões.

A aliança PSDB/PFL governou o país por oito anos e a estrutura brevemente descrita no parágrafo anterior foi irradiada por todas as esferas da federação: Estados e Municípios passaram a se integrar no mesmo tipo de burocratização. E não podia ser diferente. Linhas de crédito oferecidas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e pelo Banco Mundial, quase sempre com exigências de contrapartida, ou de determinadas regras que atendam estritamente o programa desses Bancos, demandaram cada vez mais uma estrutura burocrática que valorizava técnicos de perfil muito pouco político e cada vez mais especializado.

Com a vitória do PT, embora o partido tenha apresentado mudanças significativas desde 1989 até 2002, esperava-se que algumas das estruturas desenvolvidas pela gestão anterior, ainda que não fossem eliminadas, fossem ao menos enfraquecidas. Mas

parece não ter ocorrido isso. Francisco de Oliveira (2003, p. 146-147, grifo do autor) descreveu o que parece ter realmente ocorrido em seu artigo “Ornitorrinco”:

A representação de classe perdeu sua base e o poder político a partir dela estiolou-se. Nas específicas condições brasileiras, tal perda tem um enorme significado: não está à vista a ruptura com a longa “via passiva” brasileira, mas já não é mais o subdesenvolvimento.

A estrutura de classes também foi truncada ou modificada: as capas mais altas do antigo proletariado converteram-se, em parte, no que Robert Reich chamou de “analistas simbólicos”: são administradores de fundos de previdência complementar, oriundos das antigas empresas estatais, dos quais o mais poderoso é o Previ, dos funcionários do Banco do Brasil, ainda estatal; fazem parte dos conselhos de administração, como o do BNDES, a título de representantes dos trabalhadores. [...] Ironicamente, foi assim que a Força Sindical conquistou o sindicato da então Siderúrgica Nacional, que era ligado à CUT, formando um “clube de investimento” para financiar a privatização da empresa; ninguém perguntou depois o que aconteceu com as ações dos trabalhadores, que ou viraram pó ou foram açambarcadas pelo grupo Vicunha, que controla a Siderúrgica. É isso que explica recentes convergências pragmáticas entre o PT e o PSDB, o aparente paradoxo de que o governo de Lula realiza o programa de FHC, radicalizando-o: não se trata de equívoco, nem de tomada de empréstimo de programa, mas de uma verdadeira nova classe social, que se estrutura sobre, de um lado, técnicos e economistas *doublés* de banqueiros, núcleo duro do PSDB e trabalhadores transformados em operadores de fundo de previdência, núcleo duro do PT.

Chico de Oliveira (2003) indica, como mostra o trecho acima, que esta “nova classe” se descolou de sua base social, principalmente no que se refere aos trabalhadores que ocuparam chefias na administração de fundos de previdência. Mas não seria esta nova classe descrita por Chico de Oliveira nada mais que o estamento burocrático descrito por Faoro? Não se trata de um sistema burocrático e administrativo que se “[...] caracteriza pela apropriação de funções, órgãos e rendas públicas por setores privados, que permanecem, no entanto, subordinados e dependentes do poder central.” (SCHWARTZMAN, 1988, p. 14) Além disso, não se trata também, nesse processo de ocupação de cargos de alto escalão nos fundos previdenciários por ex-líderes

sindicais da cooptação que Faoro tanto apontou ao longo de sua interpretação da formação histórica brasileira<sup>13</sup>?

A resposta parece ser positiva e para a verificação dessa resposta convém comparar o tratamento dado por Oliveira às classes sociais e o dado por Faoro ao estamento. Quando formula sua análise em “Ornitorrinco”, Oliveira tem como pano de fundo toda sua reflexão sobre o papel dos fundos públicos para o sistema capitalista brasileiro elaborada ao longo de diversos artigos, vários deles compilados em “Os Direitos do Antivalor”. Na sua formulação, o fundo público – gênero do qual os fundos previdenciários são espécies – é um complexo que tomou o lugar da auto-regulação do capitalismo e tem como função “[...] potencializar a acumulação para além dos limites impostos pela geração de lucro, utilizando uma riqueza pública que não é capital e que, portanto, na equação geral não é remunerada”. (OLIVEIRA, 1998, p. 90).

Segundo o autor, o fundo público, antivalor, possibilitou ainda que os interesses privados fossem assegurados pelo Estado, mas com a roupagem de interesses públicos (OLIVEIRA, 1998 p. 51). Com isto, a representação dos interesses privados não se dá mais pela forma representativa tradicional, com representantes eleitos que defendem os interesses de elites na arena política nacional. Na gestão desses fundos públicos possibilitou-se que uma camada de dirigentes – os “anéis burocráticos de Fernando Henrique Cardoso”, ou “as capas mais altas do antigo proletariado”, que se converteram em analistas simbólicos, como sugere Oliveira – definisse o destino de recursos de grande monta, cuja arrecadação tem como fundamento a garantia de um estado de bem-estar para os trabalhadores.

Com a permanência de um tal grupo que, independentemente dos partidos que o compõe mantém suas características, tem-se que não faz sentido, no campo da disputa pela gestão dos fundos públicos, falar em disputa entre as classes:

[...] as relações entre as classes sociais não são mais relações que buscam a anulação da alteridade, mas somente se perfazem numa peregrinação – mediada pelo fundo público – em que a possibilidade da defesa de interesses privados requer desde o início o reconhecimento de que os outros interesses não apenas são

<sup>13</sup> Neste aspecto vale lembrar trecho de citação já transcrita aqui: “[...] a classe em ascensão coexiste com o estamento; muitas vezes, a classe perde sua autonomia e desvia-se de seu destino para mergulhar no estamento político, que orienta e comanda o Segundo Reinado.” (FAORO, 2001, p. 14)

legítimos, mas necessários para a reprodução social em escala mais ampla. A democracia representativa é o espaço institucional no qual, além das classes e grupos diretamente interessados, intervêm outras classes e grupos, constituindo o *terreno do público*, do que está *acima do privado*. (OLIVEIRA, 1998, p. 41, grifo do autor).

Este novo grupo social, que Francisco de Oliveira chama de classe, não tem qualquer respaldo numa classe social específica, assim como o estamento de que fala Faoro (1958, p.44) e já citado aqui: “[...] uma capa social rígida, com o exercício de privilégios jurídicos assegurados pela lei ou pela tradição [...]”, autônoma à nação. A nova “classe” de que fala Oliveira também pode ser considerada alheia aos segmentos que compõem a nação e também buscam privilégios, os de gerir o fundo público e definir o destino de seus recursos.

Como se vê, a descrição feita por Oliveira (1998, 2003) de uma capa dirigente descolada da base social que a representava que ocupa posições estratégicas na organização administrativa nacional é muito semelhante à descrição de estamento feita por Faoro nos diversos momentos da história brasileira analisados por ele.

### **Conclusão: Quando o mais é menos**

A tentativa que se operou neste texto foi a de resgatar as linhas centrais da obra de Raymundo Faoro, desenvolvidas em toda a sua obra, mas principalmente em *Os Donos do Poder* e conferir a algumas dessas linhas uma certa atualidade. Com certeza o resgate foi realizado de forma bem mais detalhada que a verificação da atualidade, que neste texto restou apenas indicada. Para tal verificação detalhada seria necessária a descrição mais minuciosa da estrutura burocrática que foi se consagrando no país nos últimos anos e uma investigação também minuciosa dos ocupantes das posições nessa mesma estrutura.

De qualquer forma, a simples indicação de que parte das teses de Faoro pode ser atual sugere que seu pensamento não pode ser descartado apenas com a crítica de que Faoro, ao estabelecer uma estrutura permanente em seis séculos de história, no mínimo forçou interpretações históricas. Sugere, também, que o esforço empreendido por Faoro para essa demonstração de seis séculos acabou sendo um chamariz negativo da sua obra. Em outras palavras, a busca pela identificação de um elemento

caracterizador da identidade nacional parece ter “ofuscado” Faoro, para aproveitar a palavra utilizada por Antonio Paim para criticar a estratégia de *Os Donos do Poder*.

Com isto, parece ser possível dizer que a busca de nosso autor por ampliar o alcance de sua descoberta – a existência no Brasil de um patrimonialismo de Estado na segunda metade do século XX – acabou a enfraquecendo. Cabe aos críticos recuperar sua força naquilo que de fato é forte.

ABREU, Maria Aparecida Azevedo. Raymundo Faoro: when more is less. *Perspectivas*, São Paulo, v.26, p.169-189, jan./jun. 2006.

■ *ABSTRACT: The aim of this work is Raymundo Faoro's political thought. From the reading of his work and of the authors, if they are not directly related with Faoro, they have points in common with him, there will be some obstacles pointed out for the acceptance of Faoro's thesis without reservations. The thesis is about the existence in the Brazilian national formation, of a patrimonialismo of castes, carried out by a bureaucratic caste that, supposedly, had its origin in Portugal and lasted through the whole Brazilian history. The presence of this bureaucratic caste would probably have been the reason of the separation between nation and State that, according to Faoro, marked the various periods of Brazilian history. My hypothesis is that, in the extent that by searching for something that could characterize the national identity, Faoro ended up weakening his strongest insight, making it an easy target of criticism and threatening the validity of his interpretation of Brazil in the last three decades. Trying to confront this difficulty, I intend to point out a probable "update" of the Faoro's analysis, comparing it mainly to the analysis recently done about the Brazilian social-political situation.*

■ *KEYWORDS: Patrimonialism. Bureaucratic caste. Brazilian political thought. Brazil. Portugal.*

### **Referências**

ARANTES, P. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

BARRETO, K. M. Um projeto civilizador: revisitando Faoro. *Lua Nova*, São Paulo, n. 36, p. 181-196, 1995.

DUARTE, N. *A ordem privada e a organização política nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

FAORO, R. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. São Paulo: Editora Globo, 2001.

\_\_\_\_\_. *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo: Ática, 1994.

\_\_\_\_\_. A aventura liberal numa ordem patrimonialista. *Revista USP*, São Paulo, n. 17, p.14-29, mar./abr./maio 1993.

\_\_\_\_\_. *Assembléia constituinte: a legitimidade recuperada*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. *Os donos do poder*. Porto Alegre: Editora Globo, 1958.

FERREIRA, G. N.; RICUPERO, B. Raymundo Faoro e as interpretações do Brasil. *Perspectivas*, São Paulo, v. 28, p.37-56, jul./dez. 2005.

FRANCO, M. S. C. de. As idéias estão no lugar. *Caderno de Debates*, São Paulo, v. 1, p.61-65, 1976.

JASMIN, M. G. A viagem redonda de Raymundo Faoro em os donos do poder. In: ROCHA, J. C. de C. (Org.). *Nenhum Brasil existe: pequena enciclopédia*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. p. 357-365.

LAVALLE, A. G. *Vida pública e identidade nacional: leituras brasileiras*. São Paulo: Editora Globo, 2004.

MELLO, E. C de. A mudança da mudança. *Nossa História*, São Paulo, n. 5, p.98, mar. 2004.

OLIVEIRA, F. de. *Crítica à razão dualista/ o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

\_\_\_\_\_. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Petrópolis: Vozes, 1998.

PRADO JUNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Publifolha, 2000.

SCHWARZ, R. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Editora 34, 2000a.

\_\_\_\_\_. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Editora 34, 2000b.

SCHWARTZMAN, S. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

SOUZA, M. do C. C. *Estados e partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

VIANNA, L. W. Weber e a interpretação do Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 53, p. 33-47, 1999.

WAIZBORT, L. Influências e invenção na sociologia brasileira. In: MICELI, S. (Org.). *O que ler na ciência social brasileira*. São Paulo: Editora Sumaré, 2002. p. 85-174.

WEBER, M. *Economia y sociedad*. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 2002.